

ANÁLISE DA SENSIBILIDADE AO GÊNERO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Camila Mariana da Cruz Gomes Coutinho

Letícia Godinho de Souza

Resumo

Organizações internacionais têm se esforçado para pautar as questões de gênero dentro das agendas para o desenvolvimento sustentável das nações, orientando para a elaboração de políticas públicas generificadas. Apesar dos esforços globais promovidos nas últimas décadas para a eliminação das desigualdades entre mulheres e homens, relatórios recentes indicam que ainda há muito a ser feito, e sugere-se que a incorporação da perspectiva de gênero nos instrumentos de planejamento governamental seja fundamental para o alcance de resultados efetivos a médio e longo prazo. O estudo realizado buscou avaliar se os instrumentos orçamentários do município de Belo Horizonte mostraram maior sensibilidade às questões de gênero após o lançamento do Plano Municipal de Equidade de Gênero, em 2019. A análise dos orçamentos revelou que as diretrizes do plano não foram devidamente incorporadas, destacando as dificuldades relacionadas ao desdobramento do plano em ações orçamentárias. A expectativa é adotar um orçamento programa das mulheres para monitorar a execução das ações e seus resultados.

Palavras-chave: Gênero. Orçamento Sensível a Gênero. Equidade de gênero. Generificação de políticas públicas. Orçamento Público.

Abstract

International organizations have made an effort to guide gender issues within the agendas for the sustainable development of nations, guiding the elaboration of gendered public policies. Despite the global efforts promoted in recent decades to eliminate inequalities between women and men, recent reports indicate that there is still much to be done, and it is suggested that the incorporation of the gender perspective in government planning instruments is fundamental for achieving effective results in the medium and long term. The study carried out in the city of Belo Horizonte sought to assess whether the city's budgetary instruments showed greater sensitivity to gender issues after the launch of the Municipal Gender Equity Plan in 2019. The analysis of the budgets revealed that the plan's guidelines were not properly incorporated, highlighting the difficulties related to the breakdown of the plan into budgetary actions. The expectation is to adopt a women's program budget to monitor the execution of actions and their results.

Keywords: Gender. Gender Responsive Budgeting. Gender equity. Generification of public policies. Public budget.

1 INTRODUÇÃO

Repensar a forma como os seres humanos se relacionam com o mundo tem orientado boa parte das reflexões, porque é a própria existência da humanidade que se deseja garantir para as futuras gerações. Debater, portanto, soluções para o futuro das economias, do meio ambiente e da sociedade, é pauta recorrente nas pesquisas mais recentes sobre desenvolvimento.

A preocupação crescente com o desenvolvimento sustentável levou os organismos internacionais a buscarem alternativas para mensurar e acompanhar o crescimento, passando a considerar não só os aspectos econômicos, mas também as questões sociais. Os esforços para pautar a igualdade de gênero na agenda do desenvolvimento foram fortalecidos com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e a posterior adoção da Agenda 2030, proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU), que estabeleceu dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para as nações.

Os pequenos avanços apurados nos últimos anos, em nível global, no entanto, não têm se mostrado suficientes, já que monitoramentos recentes indicaram que a eliminação das desigualdades de gênero pode levar mais de um século para ser alcançada. A pandemia da Covid-19 também impactou negativamente os indicadores de desigualdade entre mulheres e homens, aumentando as estimativas para quase trezentos anos, até que alcancemos a igualdade de gênero (WEF, 2022; UN, 2022).

A formulação de políticas públicas generificadas vem sendo apontada como algo fundamental para o enfrentamento efetivo de assimetrias, devendo, para isso, transpor a dominação masculina estrutural. Por esse lado, a generificação de orçamentos públicos nas últimas décadas destacou-se como iniciativa para o direcionamento de recursos a programas e ações de governo que, direta ou indiretamente, contribuam efetivamente para a eliminação das desigualdades entre mulheres e homens (WAYLEN *et al.*, 2013).

O orçamento público é um instrumento de governança que transcreve os objetivos da organização, sendo elaborado, portanto, baseado em seus interesses e desejos. Nele devem constar as receitas e as despesas do ente previstas para um ano, sendo, portanto, o instrumento que demonstra as escolhas da gestão quanto à priorização e o direcionamento de recursos (DOS SANTOS *et al.*, 2017; SCHEREN; MACHADO; ORO, 2022).

A ideia de orçamento programa foi proposta em nível global pela ONU na década de 1960, como instrumento que deveria servir de elo entre o planejamento e a ação governamental, e que no Brasil foi sendo aprimorada por normas que determinaram, inicialmente, aspectos formais e estruturais quanto à organização e à classificação funcional das peças orçamentárias, e mais recentemente, o enfoque na preocupação com os fins a que se destinam os recursos carimbados nos orçamentos (DOS SANTOS *et al.*, 2017).

Destaca-se que o orçamento programa facilita a apuração de resultados, ao organizar programas, projetos e ações com os mesmos vieses ou correlacionados, filtrando-os a partir de critérios técnicos e funcionais definidos pelos atores responsáveis pela elaboração dos instrumentos de planejamento, e ao determinar metas e indicadores de mensuração, possibilitando o acompanhamento longitudinal da atuação estatal em cada política.

Esse filtro do orçamento pode ser utilizado, por exemplo, para o monitoramento sistemático de indicadores globais, como os propostos dentro dos ODS, e para a institucionalização de orçamentos temáticos, como o orçamento da criança e do adolescente, do idoso, da pessoa com deficiência e da mulher.

Os orçamentos sensíveis a gênero (OSG) são, nesse prisma, as iniciativas de avaliação dos instrumentos de planejamento governamentais sob a perspectiva de gênero, assim como as de promoção de mudanças efetivas no processo de elaboração e adoção de políticas públicas, com o intuito de destinar receitas e alocar recursos levando-se em consideração os impactos sobre mulheres e meninas, e para a redução das desigualdades, especialmente as de gênero. (JÁCOME; VILLELA, 2012; XAVIER; RODRIGUES, 2022).

O conceito de OSG tem ganhado destaque como uma ferramenta importante para a promoção da igualdade de gênero e a equidade nas políticas públicas. Ao reconhecer que as decisões de alocação de recursos têm implicações de gênero, o OSG busca analisar como os orçamentos governamentais podem afetar homens e mulheres de maneira diferenciada (JÁCOME; VILLELA, 2012; XAVIER; RODRIGUES, 2022).

Experiências internacionais, como a australiana na década de 1980, e a equatoriana alguns anos mais tarde, evidenciaram as medidas mais eficazes e os principais entraves enfrentados no decorrer do processo de generificação de orçamentos. Na experiência australiana, estratégias distintas foram adotadas para a generificação das etapas do processo de elaboração e adoção de políticas públicas.

A promessa eleitoral de governo mostrou-se fundamental para que os primeiros passos fossem tomados, a partir: da introdução de pessoas especialistas (feministas burocratas); da criação de uma estrutura formal dentro do governo para conduzir as ações (escritório); da revisão de programas; do direcionamento do processo orçamentário pelas questões de gênero; da preocupação com a sensibilização de atores; das medidas para garantir a transversalidade do tema; e da avaliação dos impactos reais sobre mulheres e meninas (JÁCOME; VILLELA, 2012¹).

Contudo, a complexidade dos dados de OSG e da própria avaliação transversal, e as pressões externas prejudiciais à manutenção das políticas generificadas ou que conduziam para medidas que desfavoreciam mais as mulheres do que os homens, acarretaram a subvalorização da experiência inovadora no médio e longo prazo. Apesar disso, é notória a contribuição do caso da Austrália para as iniciativas subsequentes.

No Brasil, os primeiros registros de OSG foram feitos no começo dos anos 2000, e diferentemente das experiências internacionais destacadas, cujo processo foi conduzido por organismos de governo, a experiência nacional se deu por iniciativa de uma organização não

governamental que, após pressionar por transparência na disponibilização dos dados, conseguiu, em conjunto com outros organismos, que as informações fossem amplamente divulgadas, e que isso se desse de forma estruturada. Este fato, em 2005, tornou o país pioneiro em monitoramento diário de gastos públicos que priorizam as mulheres e a busca por igualdade de gênero (XAVIER; RODRIGUES, 2022).

Alinhado com os mais recentes direcionamentos internacionais para o desenvolvimento sustentável com vistas à eliminação das desigualdades, o governo de Belo Horizonte firmou compromisso com a Plataforma 50-50 da ONU Mulheres, comprometendo-se a estabelecer políticas para o alcance da equidade de gênero até 2030 (BELO HORIZONTE, 2019).

Fruto desse acordo firmado em 2017, o Comitê de Equidade 50-50: todas e todos pela equidade, foi criado no mesmo ano para assumir a coordenação dos trabalhos de elaboração de um plano municipal de equidade de gênero, lançado oficialmente em 2019, com cento e trinta e nove ações, que foram organizadas em torno de seis “eixos”: governança e planejamento, empoderamento econômico, participação política, enfrentamento à violência, saúde e educação inclusiva (BELO HORIZONTE, 2019).

Uma das finalidades precípua do plano seria a de servir como importante ferramenta de alinhamento estratégico das políticas de gênero com os instrumentos formais de planejamento do governo municipal, a fim de garantir que os recursos e os esforços necessários para a execução das ações fossem adequadamente direcionados, conduzindo a atuação dos órgãos setoriais e centrais para a integração das questões de gênero nas etapas de formulação e implementação das políticas públicas em geral (BELO HORIZONTE, 2019).

O objetivo do trabalho foi, nesse sentido, avaliar se os instrumentos municipais de planejamento orçamentário do município de Belo Horizonte mostraram maior sensibilidade às questões de gênero após o lançamento do Plano Municipal de Equidade de Gênero (PMEG), cujo corpus foi analisado para que, dentro dos orçamentos municipais de 2018 a 2022, as dotações cujos programas, ações e subações com descrições generificadas fossem selecionadas.

O estudo, descritivo quanti-qualitativo, fez uso de métodos de pesquisa documental e bibliográfica, além de análise de conteúdo e entrevistas. Os dados foram obtidos do levantamento de normas, atos e dados orçamentários do ente, de acesso irrestrito. Foram identificados os órgãos setoriais coordenadores das ações generificadas e os descritores de gênero a partir do PMEG, utilizados como marcadores nos orçamentos, que foram filtrados e analisados estatístico-descritivamente, cujos resultados foram discutidos sob a abordagem da literatura de gênero e das informações coletadas junto às pessoas entrevistadas.

Este artigo está organizado em três seções, além desta introdução: a primeira descreve os aspectos metodológicos adotados na pesquisa, esclarecendo sobre a construção de descritores de gênero para a seleção das dotações orçamentárias sensíveis a gênero nos orçamentos do município de Belo Horizonte, e sobre a análise estatístico-descritiva dos dados orçamentários; a segunda apresenta os resultados obtidos e a discussão sobre eles; e a terceira e última parte traz as considerações finais sobre a pesquisa.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para o exame da sensibilidade ao gênero dos orçamentos, foram utilizados dados extraídos do sistema orçamentário-financeiro da Prefeitura de Belo Horizonte, correspondentes ao registro da execução orçamentária completa do ente entre os anos de 2018 e 2022, solicitados diretamente à diretoria responsável, tendo disponibilizados em formato de planilha, totalizando 302.492 linhas de dotações orçamentárias.

O recorte temporal delineado na pesquisa (2018-2022) é justificado pela necessidade e oportunidade de se avaliar os dados de um ciclo completo de Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) – instrumento legal normatizador do planejamento de médio prazo da Administração Pública – e de mais um ano, subsequente ao PPAG durante o qual a Prefeitura de Belo Horizonte lançou oficialmente o PMEG. A instituição está agora no ciclo quaternário de planejamento orçamentário iniciado em 2022, que se encerrará em 2025, sendo que o anterior se posicionou entre os anos 2018 e 2021.

A inclusão, no escopo da pesquisa, dos dados orçamentários do ano de 2022, correspondente ao primeiro ano do ciclo quaternário de planejamento atualmente em vigor, mostrou-se adequada, dado o contexto do lançamento oficial do PMEG, ocorrido em 2019, no decorrer do PPAG de 2018 a 2021. Como o PPAG 2022-2025 foi elaborado em meados de 2021, ou seja, dois anos depois do lançamento do PMEG, esperava-se que o instrumento de planejamento de médio prazo do município tivesse incorporado mais e melhor as diretrizes do plano municipal para a equidade de gênero em comparação com o quadriênio anterior, ou que pelo menos mostrasse maior sensibilidade ao gênero, considerando ter sido celebrado após a institucionalização do plano na Prefeitura de Belo Horizonte.

Por fim, a análise dos anos de 2018 e 2019 serviu para trazer à pesquisa uma abordagem *ex-ante*, na medida em que, analisando tanto o ano anterior como o ano corrente ao do lançamento do PMEG, respectivamente, foi possível verificar, linear e longitudinalmente, a execução orçamentária municipal sob o prisma da generificação, proporcionando condições de comparação dos resultados antes e depois da adoção do plano municipal de equidade.

Para o tratamento dos dados orçamentários sob a ótica do PMEG, foi necessário o estabelecimento de critérios e passos minimamente sistemáticos para garantir a correta análise de conteúdo do corpus dos dois instrumentos, e a abordagem estatístico-descritiva dos orçamentos o mais alinhada possível com as questões de gênero referenciadas no PMEG.

Cada um dos seis eixos do plano foi analisado individualmente, em um primeiro momento, para a identificação dos termos generificados que orientariam, na sequência, o desenvolvimento de um prisma de descritores, ou seja, uma relação de termos e expressões de gênero ou que remetesse, no contexto do plano de equidade, aos aspectos de gênero e às propostas mais nevrálgicas do comitê para que Belo Horizonte alcance a equidade entre mulheres e homens nos próximos anos.

Da análise de conteúdo do PMEG, foram extraídos os atores responsáveis ou corresponsáveis por cada uma das ações e os termos norteadores – extraídos por meio da ferramenta de mineração textual Voyant Tools, de código aberto, disponível na internet – que podem ser observados na Tabela 01:

Tabela 01 – Eixos, atores referenciados e termos mais frequentes e destacados no PMEG dentro do contexto de gênero:

Eixos das ações do PMEG	Atores referenciados nos eixos do PMEG	Termos frequentes e destacados (considerando palavras derivadas e variações)
Governança e planejamento	Coordenadores: CMDM, COMEG, GP, ODH, SMASAC, SMDE, SMEL, SMMA, SMPOG, SMPU, SMSA, URBEL, SMAICS. Parceiros: CMAS, COMPIR, Conselho Municipal de Educação, Conselhos de Direitos e Fóruns Regionais, CTGM, SMSP, Secretarias, TJMG, COMSIV.	Gênero (26), mulher (26), equidade (16), direitos (6), política (9), interseccionalidade (7), violência (6), vulnerabilidade (4), meninas (3), sexo (3)
Empoderamento econômico	Coordenadores: SMASAC, SMDE, SMEL, SMPU, SMSA, SMSP, URBEL. Parceiros: SMPOG, Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional, ODH, Clubes Esportivos, Conselho Municipal de Habitação, COMEG.	Mulheres (28), violência (7), gênero (7), renda, inclusão e equidade (5 ocorrências de cada), vulnerabilidade (2)
Participação política	Coordenadores: COMEG, FMC, Secretarias de Direitos, SMASAC, SMED. Parceiros: Secretarias, ODH, Conselhos Municipais de Direitos,	Participação (11), mulheres (7), política (5), equidade (5), gênero (3)

	Secretarias que realizam atendimento ao público ou que têm espaço de participação, CMBH.	
Enfrentamento à violência	Coordenadores: BHTrans, CMDM, CTGM, SMASAC, SMAICS, SMPOG, SMSA, SMSP, SUDECAP, URBEL. Parceiros: COMEG, ODH, Órgãos que realizam atendimento para mulher em situação de violência, SMDE.	Violência (24), gênero (16), mulher (15), meninas (4), prevenção (6), sexo (4), interseccionalidade (2), travestis e transexuais (1 ocorrência de cada), lésbicas (1)
Saúde	Coordenadores / parceiros: CMDM, CTGM, SMASAC, SMSA, SMED, SMSP, URBEL.	Saúde (9), mulheres (13), violência (10), rede (7), prevenção (5), mulher (5), travesti (5), sexo (7), trans (6), lésbicas (3), bissexuais (3)
Educação inclusiva	Coordenadores: COMEG, SMASAC, SMED, Secretarias. Parceiros: SMSP, SMPOG, SMSA, Museu de Artes e Ofícios, Museu Mineiro, Memorial Minas Gerais Vale, Centro de Arte Popular, Centro de Memória do Minas Tênis Clube, Museu Histórico Abílio Barreto, Museu da Moda, SMEL, Programas de Pós-graduação em Psicologia e Ciências Sociais da PUC Minas, Universidades.	Mulheres (12), equidade (12), homens (9), meninos e meninas (7 ocorrências de cada), travestis e trans (1 ocorrência de cada), diversidade (3), gênero (1)

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados obtidos da análise de conteúdo do PMEG, submetido a métodos de mineração textual por meio da ferramenta Voyant Tools. As siglas dos atores podem ser consultadas no PMEG, disponível na internet (ver na seção das referências).

Dentre os atores referenciados, estão listados quarenta e quatro órgãos e equipamentos da Prefeitura de Belo Horizonte, coordenadores das ações do PMEG. A Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC) aparece como coordenadora em todos os eixos, naturalmente, já que acampa os principais equipamentos criados no município para a execução e o monitoramento das políticas sociais orientadas pelos aspectos de gênero.

Todos os termos frequentes destacados englobam também as suas variações no plural ou no singular, quando for o caso. “Vulnerabilidade” também está representando a ocorrência do termo “vulneráveis”, por exemplo. “Interseccionalidade” engloba as ocorrências da derivada “interseccional” e seu plural. A palavra “sexo” representa as ocorrências das derivações “sexual” e plural, “sexualidade” e outras congêneres. Transexual aparece no corpus no seu plural ou simplesmente “trans”.

Quanto aos termos e expressões para a construção do prisma de descritores de gênero, observou-se, nesta etapa, que alguns termos aparecem com maior frequência em

todos os eixos, como é o caso da palavra “mulher” (e suas variações), “gênero” e “equidade”. Além disso, o termo “violência” (e suas variações) também ocupa papel de destaque no que diz respeito à frequência de ocorrências no corpus. Como já esperado, cada eixo traz termos que, fora do contexto, não seriam destacados sob o aspecto de gênero, mas que, no decorrer da análise de conteúdo, mostraram-se relevantes para a construção do prisma de descritores destinados a identificar, nos orçamentos, as ações que seriam analisadas estatístico-descritivamente.

Da mesma forma, termos genéricos foram desprezados pontual e contextualmente. Por exemplo, no eixo de governança e planejamento, as palavras “ações”, “social” e “perspectiva”, ocorreram tanto quanto, ou mais vezes do que, por exemplo, “meninas”. As três palavras, apesar disso, não conectavam ideias nem formavam expressões com finalidades essenciais à elaboração do prisma de descritores.

Um novo esforço de análise de conteúdo foi despendido nesta etapa, para avaliação dos trechos imediatamente anteriores e posteriores aos termos em destaque, de modo a avaliá-los qualitativamente e identificar a quais outros termos ou expressões deveriam estar relacionados para, em conjunto, formarem o prisma de descritores. Na Tabela 02, a seguir, são listados os descritores matrizes e os complementares, as suas respectivas frequências no corpus do PMEG, radical das palavras ou suas variações consideradas:

Tabela 02 – Lista dos descritores de gênero selecionados do corpus do PMEG:

Tipo de descritor	Termos elencados	Frequência no corpus	Radical e variações consideradas
Matriz	Mulher	106	Mulher(es)
Matriz	Gênero	53	Gênero(s)
Matriz	Equidade	38	Equidade(s)
Matriz	Meninas/meninos	14	Menina(s)/Menino(s)
Matriz	Interseccionalidade	9	Intersec_
Matriz	Trans	8	Trans/ Transsexual(is)
Matriz	Travesti	7	Travesti(s)
Matriz	Lésbicas	4	Lésbica(s)
Matriz	Bissexuais	3	Bissexual(is)
Complementar	Violência	47	Violência(s)
Complementar	Política	14	Política(s)
Complementar	Participação	11	Participação
Complementar	Prevenção	11	Preven_
Complementar	Sexo	14	Sex_
Complementar	Homens	9	Homem(ns)
Complementar	Saúde	9	Saúde

Complementar	Rede	7	Rede(s)
Complementar	Direitos	6	Direito(s)
Complementar	Vulnerabilidade	6	Vulner_
Complementar	Inclusão	5	Inclusão, inclusiva(o)
Complementar	Renda	5	Renda
Complementar	Diversidade	3	Divers_

Fonte: elaboração própria.

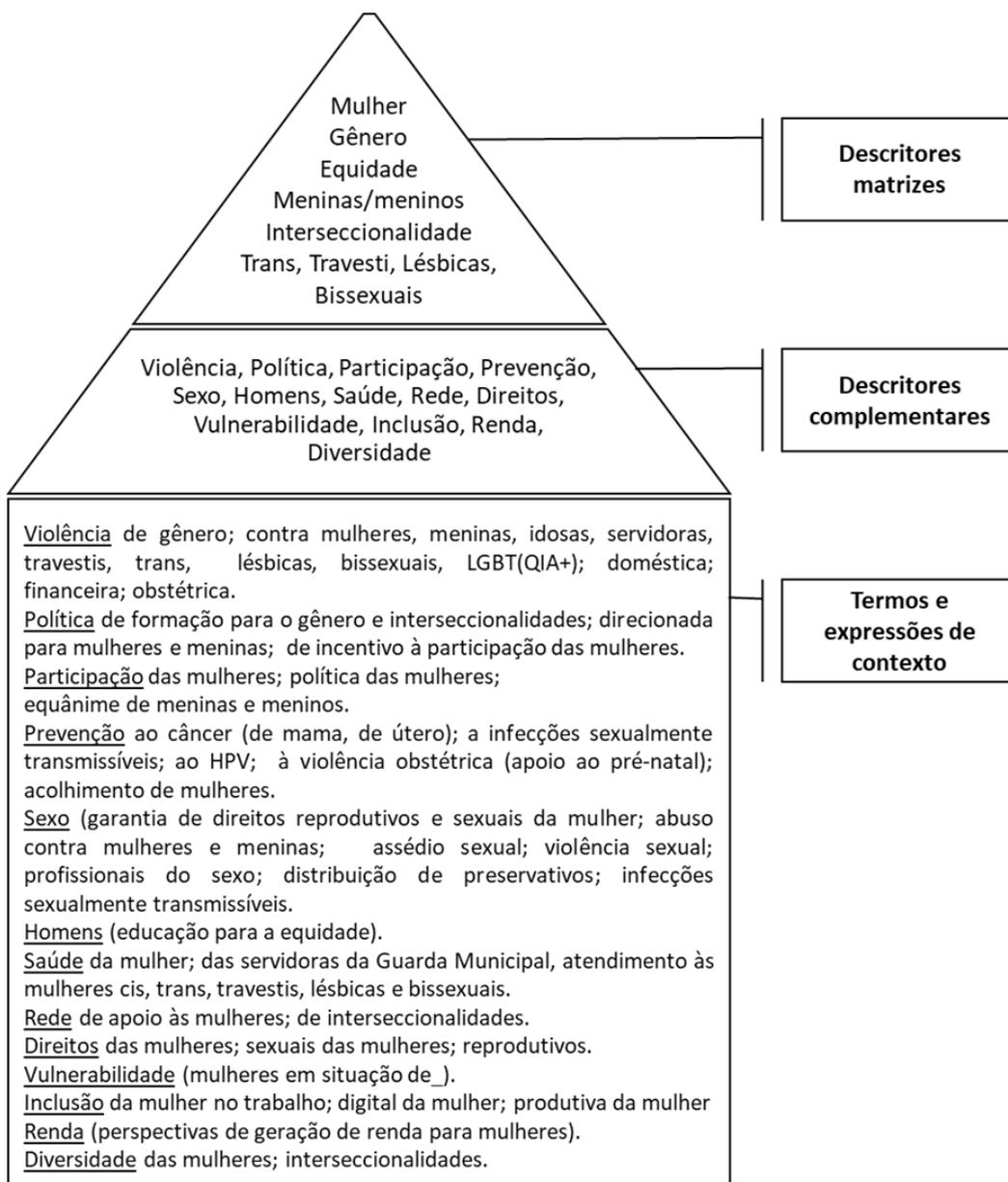
Como já era esperado, da avaliação dos descritores complementares em seus respectivos contextos no corpus do PMEG, concluiu-se que a sua aplicação no decorrer do cotejamento das dotações orçamentárias não poderia ser feita de forma isolada, dada a relevância dos termos e das expressões que completavam o sentido de cada um deles sob o aspecto de gênero.

O fato de os descritores complementares (todos eles) dependerem de estar relacionados a termos e expressões que inevitavelmente referenciam os termos generificados, evidencia a preponderância dos descritores matrizes que, por si só, servem de critério de filtro para o cotejamento dos orçamentos.

É importante ressaltar, no entanto, que os descritores complementares associados especialmente aos eixos de enfrentamento à violência e de educação inclusiva, fazem referência a equipamentos públicos de apoio às mulheres e campanhas de conscientização e prevenção que não necessariamente podem estar trazendo de forma explícita os descritores matrizes, como por exemplo, as ações de prevenção ao câncer de mama e de útero, de infecções sexualmente transmissíveis, ao assédio no transporte e nas escolas, de apoio e incentivo à vacinação contra o HPV, ao pré-natal e à segurança obstétrica.

A Figura 01, a seguir, representa, de forma esquemática, o prisma de descritores a ser utilizado para o cotejamento das dotações orçamentárias sensíveis a gênero, na próxima etapa da discussão da pesquisa:

Figura 01 – Prisma de descritores de gênero para a seleção das dotações orçamentárias sensíveis ao gênero, do município de Belo Horizonte, construído a partir da análise de conteúdo do PMEG:



Fonte: elaboração própria.

Definidos os descritores de gênero que seriam utilizados para o cotejamento dos orçamentos, passou-se à segunda etapa da discussão, quando foram tratados e analisados os dados da execução orçamentária.

Na Prefeitura de Belo Horizonte, os projetos estratégicos representam as prioridades de cada política pública, sendo monitorados intensivamente e constando, nos instrumentos de planejamento municipais, como um programa, uma ação ou uma subação dentro da estrutura programática do PPAG (BELO HORIZONTE, 2022).

Os dados coletados trouxeram as rubricas orçamentárias detalhadas de todos os órgãos dos poderes executivo e legislativo de Belo Horizonte, separadas por exercício, com a descrição, o valor aprovado, o empenhado, o liquidado e o pago. Pretendeu-se obter e avaliar o histórico da execução orçamentária dos cinco anos referenciados, focalizando na sensibilidade à temática de gênero. O cotejamento dos programas, das ações e das subações foi realizado por meio da ferramenta de formatação condicional, localização e filtro, do aplicativo de planilhas Excel®, da Microsoft, a partir do prisma de descritores.

O método para a identificação e marcação seguiu, de forma escalonada, a seguinte lógica de análise de conteúdo: primeiro, foram destacados os descritores matrizes, por meio da ferramenta de formatação condicional do aplicativo de planilhas, o que possibilitou filtrar de imediato as dotações em cujas descrições havia correspondência aos termos de gênero em questão; segundo, foram filtradas as dotações orçamentárias dos órgãos coordenadores, listados no PMEG; terceiro, no orçamento desses atores, foram identificados os programas, as ações e as subações em cujas descrições pudessem ser encontrados os descritores de gênero listados no estudo; e por último, uma última busca foi feita no banco dos dados orçamentários para a identificação de dotações que fizessem referência a equipamentos de apoio às mulheres, mencionados no corpus do PMEG.

O cotejamento foi executado, portanto, em quatro passos, e ao final de cada um deles as dotações orçamentárias que foram sendo selecionadas receberam uma marca para facilitar a sua identificação durante a análise estatístico-descritiva dos orçamentos. Após o filtro das dotações sensíveis a gênero, dos orçamentos de 2018 a 2022 do município de Belo Horizonte, os valores de execução foram somados e analisados, horizontal e verticalmente, para a construção das discussões propostas no estudo.

Para a análise dos resultados, métodos qualitativos foram adotados complementarmente aos métodos quantitativos utilizados na etapa estatístico-descritiva de tratamento dos dados. Gil (2002) esclarece que, na metodologia quantitativa, a categorização dos dados favorece a parte analítica da pesquisa, e na abordagem qualitativa, essa categorização é revisitada ao longo de toda a pesquisa, tornando necessária a elaboração de textos narrativos.

Para isso, foram analisados os dados e as informações levantadas sobre o histórico das iniciativas municipais em torno das questões de gênero, mais especificamente, quanto à institucionalização do Comitê de Equidade 50-50, e à elaboração do PMEG, por meio da consulta aos documentos, às normas municipais e aos artigos dos veículos de comunicação internos e locais.

Concomitantemente, pessoas chaves da instituição, diretamente relacionadas à implantação do comitê e à elaboração do PMEG, foram consultadas entre os meses de dezembro de 2022 e fevereiro de 2023. A escolha das pessoas consultadas levou em conta a vivência e o grau de envolvimento com as ações que contribuíram para a inserção, na agenda pública municipal, das questões de gênero contratualizadas pela Prefeitura junto à célula nacional da ONU Mulheres.

3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O prisma de descritores foi utilizado para filtrar as dotações orçamentárias generificadas, que de algum modo pudessem ser relacionadas ao PMEG e às iniciativas do município que destinam recursos para a promoção da equidade de gênero ou para projetos e equipamentos orientados para a redução das desigualdades entre mulheres e homens, e entre meninas e meninos.

No entanto, no decorrer da aplicação dos descritores nas ferramentas de formatação condicional, filtro e localização de termos e expressões do aplicativo de planilhas, dando tratamento aos dados orçamentários do município de Belo Horizonte, foram identificadas descrições programáticas que, quando analisadas conjuntamente com o corpus do PMEG e à luz do arcabouço teórico da pesquisa, mostraram-se relevantes para a discussão e foram, portanto, incluídas na seleção, mesmo que não fizessem menção expressa aos descritores estabelecidos no escopo do estudo.

Por exemplo, dentro do eixo de empoderamento econômico, há uma ação destinada ao fortalecimento do Programa Espaço Cidadania, como forma de inclusão produtiva de mulheres. O referido programa foi identificado no orçamento e as dotações orçamentárias a ele destinadas compuseram o rol de rubricas sensíveis ao gênero, para a análise estatístico-descritiva da execução do orçamento de impacto sobre a temática. O mesmo foi feito quanto ao Programa Saúde na Escola, mencionado no corpus do eixo da saúde, no PMEG.

Ainda avaliando as excepcionalidades ao prisma de descritores estabelecido no escopo da pesquisa, destaca-se a análise de conteúdo feita sobre o eixo da saúde do PMEG, em que há uma ação para apoio às famílias de pessoas com deficiência, com subações correspondentes identificadas no orçamento, corroborando com as referências teóricas que reforçam a importância do investimento em políticas de cuidado.

Em consonância com esse raciocínio, dotações orçamentárias de apoio às famílias com pessoas idosas também foram destacadas nos orçamentos, e compuseram o rol de rubricas sensíveis ao gênero, bem como programas, ações e subações de investimento na educação em tempo integral – mesmo que isso não esteja expressamente referenciado nas

ações do PMEG –, já que a possibilidade de deixar seus filhos aos cuidados da escola nos dois turnos possibilita à mulher que seja inserida no mercado de trabalho e tenha condições de permanecer em seu emprego, podendo investir em sua carreira.

Ainda no eixo da saúde, uma das ações faz referência a políticas de prevenção à transmissão de infecções sexualmente transmissíveis, destacando especificamente o Programa BH de Mãos Dadas contra AIDS. Os orçamentos trazem dotações que direcionam recursos para essa finalidade, mas que não fazem menção expressa a descritores de gênero. Nesse caso, e em situações análogas, as respectivas rubricas orçamentárias não foram selecionadas.

Tratadas as exceções, foram selecionadas nove dotações sensíveis a gênero no orçamento de 2018, doze no de 2019, a mesma quantidade em 2020, treze no de 2021 e quarenta e cinco em 2022. O grupo de dotações orçamentárias eleitas para a análise quantitativa desta etapa da discussão foi submetido a métodos de estatística descritiva, que segundo Martins (2005, p. 19) dedica-se à “organização, sumarização e descrição de um conjunto de dados”, fazendo uso, dentre outras coisas, da representação visual por tabelas e gráficos de variáveis numéricas selecionadas.

Os valores da execução orçamentária sensível ao gênero foram somados em cada exercício, e foram desprezados os registros de valores liquidados e pagos, para evitar que as despesas porventura empenhadas, mas não liquidadas ou pagas dentro de cada ano, interferissem nos resultados da análise quantitativa dos dados. A justificativa para essa abordagem repousa na Lei nº 4.320, de 1964, que estabelece como estágios da despesa orçamentária na administração pública o empenho, a liquidação e o pagamento.

Foram identificadas duas mil, setecentas e oitenta e quatro linhas de dotações orçamentárias sensíveis ao gênero, que destinaram recursos orçamentários para programas e projetos que, direta ou indiretamente, promoveram ações para a equidade de gênero ou para a redução das desigualdades. Na Tabela 03 a seguir são evidenciados os valores do OSG de Belo Horizonte, somados por grupo de descritores, no período de 2018 a 2022:

Tabela 03 – Valor aprovado, em reais, para a cota anual e valor empenhado nas dotações orçamentárias do OSG, por tipo de descritor utilizado para o cotejamento, no período de 2018 a 2022:

TIPO DE DESCRITOR	VALOR COTA	VALOR EMPENHO
COMPLEMENTAR	330.442,00	328.506,75
EXCEÇÃO	125.124.426,22	121.605.122,96
MATRIZ	13.220.667,54	13.142.723,73

PROGRAMA	80.829,59	80.068,99
Total Geral	138.756.365,35	135.156.422,43

Fonte: elaboração própria.

Na Tabela 03, os valores identificados dentro do grupo “matriz” correspondem aos montantes aprovados e executados, de fato (empenhados), nas dotações selecionadas a partir do filtro dos descritores matrizes, conforme descrito na Figura 01. O grupo “complementar” traz os valores de execução das dotações filtradas por meio dos descritores complementares do prisma.

Dentro do grupo “exceção” temos os valores aprovados para o período e executados, das dotações marcadas como sensíveis a gênero por meio da análise de conteúdo das exceções ao prisma de descritores, à luz dos aspectos da literatura referenciada, conforme esclarecimentos no começo desta seção. Finalmente, o grupo “programa” traz a somatória dos recursos orçamentários destinados aos programas de governo mencionados no PMEG, com correspondência expressa em dotações do orçamento municipal.

Observa-se que as dotações orçamentárias sensíveis a gênero assim selecionadas, dentro de uma abordagem consubstanciada na literatura e nos aspectos teóricos do PMEG, ou seja, para além dos descritores matrizes e complementares identificados no corpus do plano, receberam, somadas, mais de noventa por cento dos recursos aprovados para o OSG municipal do período. Para fins didáticos, adotaremos por OSG o conjunto das dotações sensíveis a gênero, do orçamento de Belo Horizonte, neste estudo.

Os resultados apresentados na tabela anterior confirmam a importância da análise de conteúdo dos dois instrumentos comparados neste estudo, o PMEG e o orçamento municipal, já que desprezá-la acarretaria evidenciar um OSG menos expressivo do que o que de fato é.

Decotar, do orçamento municipal, as dotações sensíveis ao gênero, e avaliar o montante de recursos orçamentários para elas destinadas descolado do todo, não demonstraria a relevância do OSG dentro do orçamento municipal. Para isso, foram destacados os números da execução orçamentária de toda a Prefeitura de Belo Horizonte nos anos de 2018 a 2022, evidenciados na Tabela 04:

Tabela 04 – Valores, em reais, da execução orçamentária da Prefeitura de Belo Horizonte entre os anos 2018 e 2022:

ANO	COTA APROVADA	VALOR EMPENHADO
2018	11.160.618.872,54	10.398.791.811,28
2019	11.697.034.327,85	11.515.430.817,36
2020	12.620.015.933,56	12.345.890.316,39

2021	13.914.011.109,76	13.658.976.038,65
2022	15.868.673.289,47	15.169.352.540,24
Total Geral	65.260.353.533,18	63.088.441.523,92

Fonte: elaboração própria.

As despesas dos poderes executivo e legislativo do município de Belo Horizonte, somadas, variaram entre onze e quase dezesseis bilhões de reais de 2018 a 2022, sendo que o valor empenhado, ou seja, o efetivamente executado, aproximou-se do limite de cota aprovada para cada ano, apresentando uma taxa de execução média de noventa e sete por cento no período. Frise-se que a taxa de execução mencionada diz respeito apenas à capacidade operacional do governo, não sendo objeto do escopo desta pesquisa, portanto, a análise qualitativa desses gastos para avaliar se estão sendo efetivos e eficazes.

Os valores de execução do OSG do município de Belo Horizonte podem ser consultados na Tabela 05, com a soma dos gastos das dotações orçamentárias sensíveis ao gênero por exercício:

Tabela 05 – Valores da execução orçamentária do OSG da Prefeitura de Belo Horizonte entre os anos 2018 e 2022, em reais:

ANO	COTA APROVADA	VALOR EMPENHADO	TAXA DA EXECUÇÃO	VARIAÇÃO COM REFERÊNCIA AO ANO ANTERIOR
2018	8.867.565,83	8.716.356,61	98%	-
2019	22.395.287,36	21.953.603,29	98%	153%
2020	25.286.605,02	24.600.587,54	97%	13%
2021	26.800.717,72	25.797.194,45	96%	7%
2022	55.406.189,42	54.088.680,54	98%	105%
Total Geral	138.756.365,35	135.156.422,43	97%	-

Fonte: elaboração própria.

Na tabela anterior, são apresentados os valores totais autorizados em cada ano para as dotações orçamentárias sensíveis ao gênero, bem como o que foi empenhado desse recurso. Na coluna “Taxa da execução”, é possível verificar o índice da execução da despesa, encontrado a partir da divisão do valor empenhado pelo valor da cota aprovada por exercício. Em média, o OSG apresentou a mesma taxa de execução de todo o município.

É possível inferir dessa primeira análise que os equipamentos e os órgãos coordenadores das ações sensíveis ao gênero têm capacidade operacional para executar as ações previstas no planejamento de curto e médio prazo do ente. Uma taxa tão elevada de

execução orçamentária também pode estar relacionada a um planejamento bem próximo da realidade, ou a um trabalho de alinhamento do órgão responsável pela coordenação do orçamento municipal com os órgãos setoriais na abertura dos exercícios fiscais, para que as cotas liberadas reflitam o que é estimado, de fato, como necessidade de orçamento no ano.

Da comparação dos dados de execução do OSG com os dados do orçamento completo, é possível verificar quanto do orçamento municipal foi destinado a ações sensíveis a gênero, por exercício, cujos resultados são observados Tabela 06:

Tabela 06 – Percentual destinado ao OSG, dentro do orçamento total do município de Belo Horizonte, entre 2018 e 2022:

ANO	COTA APROVADA	VALOR EMPENHADO
2018	0,08%	0,08%
2019	0,19%	0,19%
2020	0,20%	0,20%
2021	0,19%	0,19%
2022	0,35%	0,36%
Total Geral	0,21%	0,21%

Fonte: elaboração própria.

Na Tabela 06, é possível verificar que o montante destinado ao OSG em 2018 foi muito inferior ao valor que foi destinado para as dotações sensíveis a gênero nos exercícios seguintes. Observa-se um salto em 2019, quando o peso do OSG sobre o orçamento municipal subiu de oito décimos percentuais para dezenove décimos percentuais, permanecendo nessa média até 2022, quando alcançou trinta e seis décimos percentuais de despesa sensível ao gênero empenhada em comparação com o todo.

É possível afirmar que os orçamentos de 2018 e 2019 não foram impactados pelo PMEG, que foi lançado em meados de 2019 e que, portanto, não estava disponível para os órgãos setoriais durante os procedimentos de elaboração das propostas orçamentárias dos dois anos em questão, já que os gastos para um ano são estimados no exercício imediatamente anterior, nesse caso, em 2017 e 2018, respectivamente.

Verifica-se, no entanto, que o comitê, em 2019, completava dois anos de existência formal desde a sua instituição, em 2017, após o município de Belo Horizonte assumir compromissos com a ONU Mulheres dentro da Plataforma 50-50, para alcançar a equidade de gênero na cidade até 2030. Infere-se que a institucionalização de um equipamento destinado especificamente para a coordenação e o monitoramento das políticas generificadas na Prefeitura teve impacto no planejamento e nos instrumentos de gestão do ente,

corroborando com a literatura referenciada, que destacou a importância de se criar departamentos ou equipamentos responsáveis por conduzir, articular, implementar e monitorar ações para o gênero nas instituições.

Mas a constatação mais relevante, talvez, feita sobre os dados da tabela anterior, diz respeito ao impacto do PMEG nos instrumentos de planejamento de médio prazo municipais. Lançado em 2019, ele já poderia ter sido refletido na elaboração da proposta orçamentária de 2021, realizada em meados de 2020, mas o aumento mais expressivo do percentual de recursos destinados ao OSG foi observado no ano seguinte, em 2022, sendo possível inferir que houve um atraso no aumento da sensibilidade ao gênero do orçamento municipal.

Olhando para os dados da execução orçamentária do OSG no decorrer dos cinco anos analisados nesta pesquisa, foi possível trabalhar com diversos retratos, cujos contextos trouxeram informações relevantes sobre os aspectos de gênero e suas abordagens no orçamento. Organizando os dados a partir das suas funções orçamentárias, encontramos os seguintes valores, apresentados na Tabela 07:

Tabela 07 – Valores, em reais, da execução orçamentária do OSG, de 2018 a 2022, por função programática:

FUNÇÃO	COTA APROVADA	PESO DA COTA DA FUNÇÃO NO OSG	VALOR EMPENHADO	PESO DO EMPENHADO DA FUNÇÃO NO OSG
ASSISTENCIA SOCIAL	54.945.260,31	39,60%	54.790.951,46	40,54%
DIREITOS DA CIDADANIA	13.487.864,99	9,72%	13.412.306,83	9,92%
EDUCACAO	70.179.165,91	50,58%	66.814.171,50	49,43%
SAUDE	-	0,00%	-	0,00%
SEGURANCA PUBLICA	144.074,14	0,10%	138.992,64	0,10%
TRABALHO	-	0,00%	-	0,00%
TRANSPORTE	-	0,00%	-	0,00%
Total Geral	138.756.365,35	100,00%	135.156.422,43	100,00%

Fonte: elaboração própria.

Verifica-se, a partir dos resultados acima apresentados, que praticamente metade do OSG está identificado na função programática da educação, e boa parte do restante, na agenda da assistência social, a partir do que é possível inferir que o OSG de Belo Horizonte prioriza ações assistencialistas e educativas.

Um fato interessante é a ausência de dotações sensíveis ao gênero alocadas na função da saúde, e da análise do conteúdo do corpus do eixo “saúde” no PMEG, combinada com a avaliação das dotações filtradas, constatou-se que algumas das ações identificadas no referido eixo estão demarcadas em outras funções programáticas no orçamento. Um exemplo é o Programa Saúde na Escola, mencionado expressamente no plano, que está somado a outras ações dentro da função “educação”. Ressalta-se, no entanto, que apesar de estar identificado com dotação própria no OSG, não teve valor de cota aprovado para execução entre 2018 e 2022.

Ainda sobre esse programa, outra abordagem pode ser feita quanto à forte transversalidade das questões de gênero, sendo um indicativo concreto a sua identificação dentro da função programática da educação, e não da saúde, em que pese ter sido mencionado, no PMEG, como ação do eixo “saúde”, tendo como órgão parceiro a Secretaria Municipal de Educação.

A transversalidade das questões de gênero direcionou a análise estatístico-descritiva para outro recorte possível, e às dotações do OSG foram atribuídos rótulos em referência à finalidade mais precípua de cada uma, considerando a descrição da subação, dentro da classificação programática das dotações orçamentárias. A categorização foi adotada enquanto método de análise de conteúdo, conforme proposto por Richardson (2012), para proporcionar a rotulação do OSG de modo a viabilizar a construção de trilhas de análise. Com isso, foi possível somar os valores da execução por rótulo e por exercício, cujos resultados são apresentados na Tabela 08:

Tabela 08 – Valores, em reais, da execução do OSG por finalidade precípua das dotações, no período de 2018 a 2022:

RÓTULOS FINALIDADE PRECÍPUA	POR	VALOR COTA	PESO DA COTA DO RÓTULO NO OSG	VALOR EMPENHADO	PESO DO EMPENHADO DO RÓTULO NO OSG
DIREITOS mulheres)	(das	490.280,00	0,35%	427.412,03	0,32%
DIREITOS (LGBT)		1.117.764,00	0,81%	1.117.763,82	0,83%
DIVERSIDADE (igualdade antirracismo)	racial;	430.442,00	0,31%	427.563,85	0,32%
EDUCAÇÃO (inclusiva; diversidade)		-	0,00%	-	0,00%

INCLUSÃO (produtiva; geração de renda)	80.829,59	0,06%	80.068,99	0,06%
POLÍTICAS (LGBT)	130.000,00	0,09%	126.382,66	0,09%
POLÍTICAS (para mulheres e meninas)	2.745.344,55	1,98%	2.745.343,94	2,03%
POLÍTICAS DE CUIDADO (apoio para famílias de idosos e pessoas com deficiência)	54.945.260,31	39,60%	54.790.951,46	40,54%
POLÍTICAS DE CUIDADO (educação integral)	70.079.165,91	50,51%	66.715.114,40	49,36%
POLÍTICAS DE CUIDADO (famílias com mulheres puérperas)	-	0,00%	-	0,00%
SAÚDE (população LGBT)	3.032.080,57	2,19%	3.024.875,47	2,24%
SAÚDE (sexual; equidade)	-	0,00%	-	0,00%
SAÚDE (sexual; reprodutiva)	-	0,00%	-	0,00%
VIOLÊNCIA (assédio)	-	0,00%	-	0,00%
VIOLÊNCIA (contra mulheres)	5.705.198,42	4,11%	5.700.945,81	4,22%
Total Geral	138.756.365,35	100,00%	135.156.422,43	100,00%

Fonte: elaboração própria.

Como visto no começo desta seção, ao serem destacadas as excepcionalidades durante o cotejamento dos orçamentos pelos descritores, as dotações relacionadas às questões raciais e às políticas de cuidado, apesar de estarem muito pouco referenciadas expressamente no PMEG, foram selecionadas em consonância com o referencial teórico e com as demais ações previstas no plano.

Apurou-se que justamente as exceções ao prisma de descritores tiveram os maiores registros de recursos orçamentários entre os anos de 2018 e 2022, no OSG. As rubricas orçamentárias que descrevem os programas de apoio às famílias com pessoas idosas, com deficiência e com mulheres puérperas, e as de fomento e investimento na educação integral, foram agrupadas no rótulo de políticas de cuidado e, somadas, receberam praticamente nove décimos do total de recursos aportado para as dotações orçamentárias do OSG.

Duas interpretações podem ser feitas a partir dos resultados apresentados. A primeira delas pode explicar o fato de as questões raciais e as políticas de cuidado não terem sido

explicitamente mencionadas com maior frequência no corpus do PMEG. Talvez por estarem já representadas no orçamento municipal, e com programas sendo executados há alguns anos, tenham recebido menor destaque durante as reuniões de trabalho do comitê para a construção do plano de equidade, do que outras dimensões das desigualdades de gênero que, na visão dos membros do comitê, mereciam atenção em decorrência de eventual omissão nos instrumentos de planejamento governamentais ou da necessidade de melhora de indicadores e resultados.

Por outro lado, os resultados possibilitam inferir que mesmo antes da elaboração do plano municipal de equidade, o município já tinha se posicionado pela manutenção e pelo fortalecimento de políticas de cuidado e de promoção à igualdade racial, evidenciando uma preocupação com as diretrizes recomendadas pela ONU, dentro dos ODS.

A partir dos resultados apresentados, foi possível listar algumas constatações quanto ao impacto sobre o orçamento, dos esforços para a institucionalização dos aspectos de gênero no Município de Belo Horizonte, de 2017 em diante, com a criação do comitê para a equidade e do lançamento do PMEG.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal desta pesquisa era o de avaliar se o orçamento do município de Belo Horizonte postou-se mais sensível a gênero após as medidas adotadas pela Prefeitura para generificação dos seus instrumentos de planejamento. Os resultados mostraram que é inegável o aumento da sensibilidade de gênero do orçamento da instituição no período analisado. A apuração evidenciada na Tabela 05 sugere que o instrumento orçamentário municipal acampou as diretrizes para a busca por equidade de gênero a partir da instituição do comitê de equidade, em 2017, e do lançamento do PMEG, em 2019.

Em que pese não ter incorporado efetiva e expressamente o conjunto de ações do plano de equidade, o que é possível concluir a partir das análises construídas sobre a Tabela 03, o fato de o orçamento municipal ter destinado mais recursos para dotações sensíveis a gênero a partir de 2019 sugere que os esforços despendidos pelo comitê, quanto à sensibilização de agentes e articulação junto aos órgãos setoriais envolvidos, trouxeram resultado, corroborando com o que Waylen *et al.* (2013) afirmaram sobre a importância da criação de órgãos ou estruturas que assumam a responsabilidade pela institucionalização das ações de generificação nas instituições.

Por outro lado, a variação no período não pode ser considerada expressiva, tampouco o percentual de participação do OSG sobre o orçamento total da Prefeitura de Belo Horizonte. A título de comparação, em 2022, o Orçamento Mulher do Governo Federal correspondeu a

quase nove por cento do orçamento total¹ (BRASIL, 2023). Na experiência da Austrália, trazida por Jácome e Vilella (2012¹), o percentual encontrado pelo escritório das feministas burocratas foi de setenta e cinco décimos percentuais do orçamento total, isso, importante frisar, há quatro décadas.

O fato de ainda ser muito pequeno o montante de recursos destinados às dotações sensíveis a gênero em Belo Horizonte não deve ser, no entanto, relacionado à incapacidade operacional dos órgãos setoriais responsáveis pela execução das ações do OSG, já que as taxas de execução, evidenciadas na Tabela 05, foram significativamente altas, sugerindo que o município tem capacidade de operacionalizar, o que, como afirmam Waylen *et al.* (2013), é imperativo para se garantir a eficácia das ações generificadas.

As pessoas entrevistadas no decorrer do desenvolvimento do estudo contribuíram sobremaneira para a compreensão dos resultados obtidos durante a análise estatístico-descritiva do OSG. Questionadas sobre as razões prováveis para o atraso na incorporação efetiva das ações do PMEG ao orçamento do município, e para o percentual de recursos destinados para as dotações sensíveis a gênero, considerado pouco significativo, compartilharam fatos sobre a experiência à frente da coordenação dos trabalhos de formação do comitê e elaboração do plano que podem trazer luz a boa parte dos resultados aferidos.

Um dos primeiros desafios enfrentados pela equipe que coordenou o início da institucionalização das ações para o cumprimento do compromisso firmado entre a Prefeitura de Belo Horizonte e a ONU Mulheres, com o propósito de alcançar a equidade de gênero na cidade, foi o de sensibilizar os membros designados ao comitê, pelos diversos órgãos do ente municipal, para as questões de gênero. O nivelamento de conhecimento e das perspectivas individuais foi alcançado por meio de oficinas de trabalho e treinamento, etapa que tomou um tempo considerável do cronograma do projeto de elaboração do PMEG.

As entrevistadas reconheceram que essa medida foi essencial para o começo das oficinas de construção do PMEG, mas admitiram que a ausência de um nivelamento concomitante com relação aos aspectos técnicos de gestão e planejamento orçamentário levou à elaboração de um documento muito mais conceitual com ações no plano das ideias do que algo que pudesse ser traduzido no orçamento.

Nesse sentido, é oportuno resgatar Jácome e Vilella (2012¹), que elencaram o direcionamento do processo orçamentário pelas questões de gênero dentre as estratégias adotadas pelo governo australiano associadas aos aspectos de sucesso da implantação de

¹ Segundo publicação do Ministério do Planejamento e Orçamento, de 2023, os gastos com o Orçamento Mulher do Governo Federal somaram R\$348 bilhões em valores empenhados, o que corresponde a 8,47% do total de despesas empenhadas pelo Governo Federal em 2022, segundo dados extraídos do Portal da Transparência.

um OSG. Em Belo Horizonte, isso não foi observado durante a elaboração do PMEG. Para contornar essa lacuna, o comitê agora, como relataram as entrevistadas, está revisitando o texto do plano paralelamente à análise da estrutura orçamentária dos órgãos setoriais.

Na experiência de Belo Horizonte foi possível identificar questões também relatadas por Jácome e Vilella (2012¹) nas experiências internacionais. A instituição encara dificuldades para demarcar no orçamento ações cuja execução perpassa por diversos órgãos e equipamentos governamentais, confirmando as barreiras da transversalidade inerente ao tema à sua correta evidenciação nos orçamentos.

A generificação de dotações relacionadas aos programas e ações de governo, destinados a entregas sociais que não necessariamente se destinam somente às mulheres, mas cujos resultados promovem a equidade, de algum modo, também é desafiadora e vai requerer maiores esforços do corpo burocrático da instituição sobre pastas como a da saúde, por exemplo, que possui inúmeras ações listadas no PMEG, algumas já em plena execução, mas que não tem dotações generificadas no orçamento a ela vinculadas.

A pesquisa trouxe uma discussão fundamental e procurou contribuir para o preenchimento de uma lacuna ainda pouco explorada entre os aspectos do planejamento governamental e o debate sobre as desigualdades de gênero, e abre prerrogativa para estudos futuros mais aprofundados sobre a generificação de orçamentos e o monitoramento dos resultados na sociedade. Quanto ao contexto do município de Belo Horizonte, é possível afirmar que o futuro se mostra promissor no que toca à possibilidade de implantação de um orçamento temático das mulheres, cabendo à instituição perseguir, como tem feito, os ajustes necessários, identificados após a implantação do plano municipal para a equidade.

REFERÊNCIAS

BELO HORIZONTE. **Manual de Elaboração da Proposta Orçamentária 2023 e da Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2022-2025 para 2023-2025**. 1ª versão. Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/planejamento/SUPLOR/Diretoria%20Central%20de%20Coordena%C3%A7%C3%A3o%20do%20Or%C3%A7amento/MANUAIS%20LOA/Manual%20de%20Elaborac%C3%A3o%20PPAG%202023-2025%20e%20LOA%202023_%20%20edi%C3%A7%C3%A3o%20completa_v1.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2022.

BELO HORIZONTE. Plano Municipal de Equidade de Gênero. **Resolução CMDDB 03/2019**. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/educacao/2023/plano-municipal-de-equidade-de-genero.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2022.

BRASIL, Ministério do Planejamento e Orçamento. **A mulher no Orçamento 2022**. Brasília, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/planejamento/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/a-mulher-no-orcamento-2022.pdf>>. Acesso em 13 ago. 2023.

DOS SANTOS, Flavio Rosendo *et al.* O orçamento-programa e a execução das políticas públicas. **Revista do Serviço Público**, v. 68, n. 1, p. 191-212, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo :Atlas, 2002.

JÁCOME, Márcia Laranjeira (Org.); VILLELA, Shirley (Org.). Orçamentos Sensíveis a Gênero: Conceitos. **Programa orçamentos sensíveis a gênero ONU Mulheres**. Brasília: ONU Mulheres, 2012, 332p.

JÁCOME, Márcia Laranjeira (Org.); VILLELA, Shirley (Org.). Orçamentos Sensíveis a Gênero: Experiências. **Programa orçamentos sensíveis a gênero ONU Mulheres**. Brasília: ONU Mulheres, 2012¹, 252p.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estatística Geral e Aplicada**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. Reimpressão, São Paulo: Atlas, 2012.

SCHEREN, Gilvane; MACHADO, Nelson Santos; ORO, Ieda Margarete. Planejamento e Orçamento Público: uma Revisão Bibliométrica Internacional. **XLVI Encontro da ANPAD - EnANPAD**, 2022.

UNITED NATIONS - UN. **The Sustainable Development Goals Report 2022**. Disponível em: <<https://unstats.un.org/sdgs/report/2022/The-Sustainable-Development-Goals-Report-2022.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2023.

WAYLEN, Georgina *et al.* (Ed.). **The Oxford handbook of gender and politics**. Oxford University Press, 2013.

WORLD ECONOMIC FORUM - WEF. **Global Gender Gap Report 2022**. Geneva, Suíça 2022. Disponível em <https://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2022.pdf>. Acesso em 18 fev. 2023.

XAVIER, Elaine de Melo; RODRIGUES, Júlia Alves Marinho. ORÇAMENTO MULHER: possibilidades e limites do orçamento sensível ao gênero no Brasil. **Revista INTERFACE-UFRN/CCSA**, v. 19, n. ESPECIAL, p. 202-230, 2022.